

# Estudo Técnico Preliminar 31/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 19615.720498/2022-44

## 2. Introdução

2.1. A Equipe de Planejamento da Contratação, em atenção ao disposto no Documento de Formalização de Demanda (DFD), fls. 66/67, composta pelos membros descritos no Anexo Único da Portaria SRRF04 nº 269/2022, com fundamento no art. 3º, inc. IV, art. 6º, inc. I e art. 14, inc. I, todos do Decreto 10.024/2019, elabora os Estudos Técnicos Preliminares, sob a numeração de *e-processo* 19615.720498/2022-44, o qual é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, para fins de subsidiar a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e demais anexos, bem como quaisquer outros documentos pertinentes à modalidade licitatória adotada ou sua Dispensa/Inexigibilidade.

## 3. Do objeto pretendido

3.1. O objeto desse documento é dividido em dois itens: execução do serviço de reparo e assessoria técnica à fiscalização.

3.1.1. **Item 1:** Contratação de empresa especializada para o serviço de reparo da cobertura do prédio anexo da DRF – NATAL e da adequação do forro e iluminação do 1º andar do prédio anexo da DRF – NATAL. Entre os serviços previstos estão: troca das telhas fissuradas, instalação de trama de madeira adequada para o novo telhado, troca de mantas impermeabilizantes, substituição de forro e adequação de luminárias com aproveitamento das instalações elétricas existentes.

3.1.2. **Item 2:** Contratação de empresa especializada para assessoria técnica à Fiscalização do contrato do serviço de reparo especificado no subitem anterior. A assessoria irá acompanhar e fiscalizar as obras, realizar medições, notificar ao gestor do contrato do serviço de reparo sobre qualquer situação ou anomalia, além de exigir do executor as obrigações contratuais formalizadas. Isto conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Planilha Orçamentária e neste Estudo Técnico Preliminar. O Quadro 1 destaca os Itens desse objeto.

QUADRO 1 – ITENS DO OBJETO

ITEM	CATSER/DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA
1	19224 - Construção / manutenção / reforma - telhado	Serviço de reparo da cobertura do Anexo da DRF Natal	Unidade	1	R\$ 76.332,97
2	1341 - Supervisão / gerenciamento / fiscalização - projeto construção / obras civis	Assessoria técnica à Fiscalização do contrato do Serviço de reparo da cobertura do Anexo da DRF Natal	Unidade	1	R\$ 11.633,55
TOTAL					R\$ 87.966,52

3.2. O objeto da licitação tem a natureza de SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA.

3.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

3.4. O contrato terá vigência de **160 (cento e sessenta) dias**, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

3.4.1. Conforme art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/1993;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

3.5. O prazo de execução será de 90 (noventa) dias.

## 4. Da Justificativa para o não Agrupamento

4.1. O objeto desse documento é dividido em dois itens: execução do serviço de reparo e assessoria técnica à fiscalização. Entretanto, a empresa selecionada para o contrato referente ao serviço de reparo da cobertura não pode ser a mesma selecionada para o serviço de assessoria técnica. Portanto, os itens **NÃO** serão agrupados.

## 5. Regime de Execução

5.1. Conforme orientações da SAENG às fls. 5/9 do processo, o regime de execução será empreitada por preço global.

## 6. Da Classificação do objeto

6.1. Serviço comum.

6.2. Dedicção exclusiva de mão de obra: não.

6.3. Conforme Declaração da SAENG à fl. 68 do processo.

## 7. Do Critério de Julgamento

7.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço Global por item.

## 8. Critérios de Sustentabilidade

8.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da contratada, conforme já definidos no modelo de Termo de Referência para pregão – Serviços comuns de engenharia, da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, atualização de Setembro/2021, abaixo reproduzidos:

8.1.1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

8.1.2. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.1.2.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.1.2.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

8.1.2.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

8.1.2.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.1.2. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.1.2.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.1.2.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.1.2.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

8.1.2.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

8.1.2.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

8.1.2.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.1.2.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.1.2.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.1.3. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.1.3.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.1.3.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

8.1.3.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

## 9. Modelo de Execução do Objeto

9.1. A execução do **Item 1** do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.1.1. Conforme diretrizes e especificações de execução dos serviços estabelecidos no Caderno de Especificações elaborado pela Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG, Apêndice B do Termo de Referência.

9.1.2. Deverão ser executados nas dependências da Contratante, no horário de funcionamento da Repartição, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, conforme condições e especificações constantes neste documento e nos apêndices do Termo de Referência, no prédio Anexo da Delegacia da Receita Federal em Natal/RN situada na Esplanada Silva Jardim, 83, bairro da Ribeira, Natal – RN. Eventuais execuções fora do horário acima estipulado deverão ser solicitadas pela Contratada, com justificativa que contenha o detalhamento da necessidade de execução fora do horário de funcionamento regular da Repartição e somente poderão ser iniciados após manifestação expressa da Contratante.

9.1.3. Os serviços serão executados concomitantemente ao funcionamento do órgão. Portanto, o transporte de materiais e entulhos deve ser por caminho específico que não obstrua, impeça ou dificulte o funcionamento normal da entidade pública e em horário específico acordada com a Fiscalização.

9.1.4. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei nº 8.666/93, cujas etapas observarão o Cronograma Físico-Financeiro, Apêndice C do Termo de Referência.

9.2. A execução do **Item 2** do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.2.1. A contratada deverá acompanhar o andamento dos serviços conforme diretrizes e especificações de execução dos serviços estabelecidos no Caderno de Especificações, Apêndice B do Termo de Referência.

9.2.2. O prazo de execução do contrato acompanhará o prazo de execução dos serviços de reparo conforme contrato com a empresa que efetuará o serviço de reparo.

9.2.3. O prazo de vigência do contrato deverá ser o mesmo fixado para o contrato com a Contratada para a execução dos serviços de reparo de cobertura.

9.2.4. As prorrogações de prazos de reparo de cobertura acarretam idêntica prorrogação de prazo para a Contratada.

9.2.5. As prorrogações de prazo auferidas não sofrerão aditivos de valor, salvo em casos de prorrogação dos serviços de reparo de cobertura por solicitação da Contratante, acréscimos de serviços de obra que acarretem alteração de prazos ou pelos motivos abaixo relacionados:

9.2.5.1. Força maior ou caso fortuito, conforme parágrafo único do artigo 1.058 do Código Civil;

9.2.5.2. Greve geral que impossibilite o andamento dos serviços;

9.2.5.3. Paralisação da obra por expressa solicitação da Contratante;

9.2.5.4. Chuvas que impeçam totalmente o trabalho;

9.2.5.5. Impedimentos referentes ao suprimento de mão de obra ou materiais, devido à interrupção de vias de acesso à obra;

9.2.5.6. Indeferimento ou embargo da obra por parte de poderes constituídos, ou ainda de terceiros, por motivos não imputáveis à Construtora;

9.2.6. Em caso de paralisação da obra por período superior a 10 (dez) dias, os serviços de fiscalização também serão paralisados, não sendo remunerados neste período, retornando à remuneração quando do retorno das atividades normais de obra.

9.2.7. Havendo alterações nas etapas de execução do serviço de reparo, serão procedidas alterações proporcionais na fiscalização e nos pagamentos, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro de todas as partes envolvidas, inclusive no caso de supressão.

9.2.8. Os relatórios técnicos serão elaborados, e disponibilizados para a Fiscalização, em prazo semanal ou de acordo com o Planejamento de Execução da Obra;

9.2.9. As visitas ao canteiro de obra serão de acordo com o planejamento e cronograma Físico-Financeiro, qualquer alteração, seja por acréscimo de inspeção semanal ou ausência de inspeção semanal, deve ser acordada com a Fiscalização.

## **10. Materiais a serem disponibilizados**

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos Apêndices B e C do Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessária.

## **11. Critérios de Seleção do Fornecedor**

11.1. Ambos os itens serão avaliados pelos mesmos critérios de seleção, exceto valor máximo global em que se distinguem.

11.2. Destaca-se que a empresa selecionada para o contrato referente ao serviço de reparo da cobertura não pode ser a mesma selecionada para o serviço de assessoria técnica.

11.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital;

11.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no ETP e no Edital;

11.5. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

11.5.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação que atendam ao Objeto;

11.5.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia compatível com as características, quantidades e prazos com o Objeto, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do Objeto:

11.5.2.1. Construção ou reforma de cobertura de prédios comerciais de alvenaria com área construída a partir de 150,00 m².

11.5.2.2. Os licitantes deverão apresentar atestados com a quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) da quantidade exigida no item 11.5.2.1;

11.5.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

11.5.3.1. Descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;

11.5.3.2. Deverão ser firmados por representante legal da contratante, indicar sua data de emissão e mencionar o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT);

11.5.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

11.5.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

11.5.5.1. Para o cargo de Engenheiro Civil Sênior: serviços de acompanhamento e fiscalização dos serviços (Item 2).

11.5.6. O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

11.5.7. No decorrer da execução do objeto, o profissional de que trata este subitem poderá ser substituído, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

11.5.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

11.5.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

11.5.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

11.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

11.6.1. Valor global do **Item 1**: R\$ 76.332,97 (setenta e seis mil, trezentos e trinta e dois mil reais e noventa e sete centavos). Valor global do **Item 2**: R\$ 11.633,55 (onze mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

11.6.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

11.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos ao edital.

11.8. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

11.9. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 12. Requisitos de Qualificação Econômica

12.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

12.1.1. Quando não constar a data de validade da Certidão de Falência, deve-se adotar o período de 1 (um) ano, contado a partir de sua emissão (fonte: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sicaf-normativo> – pergunta 21).

12.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

12.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

### 13. Da vistoria para a Licitação

Dias previstos: de segunda-feira a sexta-feira;

Horário Previsto: das 09:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas;

Servidor designado para acompanhamento: Adeilton de Oliveira Fernandes (contato: 84 99427-6741);

Contato para agendamento: [dipol04.licitacao@rfb.gov.br](mailto:dipol04.licitacao@rfb.gov.br), com cópia para [adeilton.fernandes@rfb.gov.br](mailto:adeilton.fernandes@rfb.gov.br)

### 14. Da Subcontratação do objeto

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

14.1.2. As atividades de impermeabilização, consideradas especializadas, que não façam parte do escopo da empresa;

14.1.3. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018;

14.1.4. A Subcontratada deve apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica, registrada pelo CREA, acerca do serviço executado em COAUTORIA com a empresa contratada;

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratação cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços;

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como



responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.4. São vedadas:

14.4.1. Quaisquer outras condições que não conforme subitem 14.1.

14.4.2. Serviço de assessoria técnica.

## **15. Resumo da sequência de eventos**

15.1. O início dos serviços deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após notificação de empenho.

15.2. Os serviços terão duração de 90 (noventa) dias.

15.3. Após a conclusão dos serviços, haverá 10 (dez) dias para recebimento provisório e autorização de pagamento.

15.4. 30 (trinta) dias para recebimento definitivo.

## **16. Da Anotação de Responsabilidade Técnica**

16.1. Conforme ART às fls. 62/64 do processo.

## **17. Das Justificativas Técnicas Relevantes**

17.1. Conforme Apêndice A do Termo de Referência (fls. 2/37 do processo).

## **18. Descrição da necessidade**

18.1. Quanto ao serviço de reparo, em época de chuva o anexo da Delegacia da Receita Federal em Natal/RN sofre com constantes goteiras e percolação de água sobre a laje e sobre o forro. Além de tornar o ambiente de trabalho insalubre e causar riscos de perda de equipamentos, a permissão da passagem da água da chuva, por falha do sistema de telhado, para o ambiente interno tem tornado as condições favoráveis para a proliferação de vetores como baratas e ratos.

18.2. Foi detectado em inspeção pela equipe da SAENG que o telhado dos três módulos da cobertura possui telhas fissuras e quebradas, platibandas fissuradas e sem proteção por chapim ou manta asfáltica. A telha do primeiro módulo é a Kalhetão, tal material possui vantagens construtivas, contudo, desvantagens de manutenção uma vez que por sua dimensão é difícil a troca do material, em caso de falha do mesmo.

18.3. No ambiente interno, 1º andar do anexo da DRF – NATAL, foi percebido que o forro possui diversos furos executados pela equipe de manutenção para permitir que a água pudesse descer e aliviar a carga sobre o forro, impedindo que o mesmo rompesse. O odor de umidade e de animais mortos torna o espaço de trabalho insalubre. Ademais, a iluminação foi considerada insuficiente para o tipo de trabalho realizado, necessitando adequação.

18.4. Quanto ao serviço de assessoria, existem alguns elementos que dificultam a logística para acompanhamento e fiscalização dessas obras: i) os prazos de execução das obras são curtos e ii) a equipe de obras da SAENG não possui efetivo suficiente para acompanhar serviços que são distantes de onde fica sediada (Recife/PE) de maneira adequada.

18.5. Portanto, faz-se necessária a contratação de empresa de engenharia especializada que possa realizar o acompanhamento desse serviço e assessorar o gestor do contrato. Assim, será possível mitigar possíveis erros, vícios de construção, além de permitir agilidade na percepção e proposição de soluções para possíveis adversidades no canteiro de obras.



18.6. Para isso, foi previsto, como detalhado em Planilha Orçamentária, a atuação de Engenheiro Civil Sênior com horas semanais que contemplam: visitas ao sítio da obra, elaboração de laudos e relatórios e reuniões semanais com a equipe de obras da SAENG.

## 19. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG/DIPOL /SRRF04	Alessandro Machado de Jesus

## 20. Descrição dos Requisitos da Contratação

20.1. Os serviços a serem realizados constam detalhadamente descritos na Planilha orçamentária. Por se tratar de serviços comuns de engenharia, têm padrões claros de qualidade. Sendo a maioria dos itens constantes na Tabela SINAPI, a qual é mantida e mensalmente atualizada pela Caixa Econômica Federal. Na SINAPI são definidos padrões de produtividade da mão de obra e especificações do material empregado. Os itens obtidos pelas demais formas previstas no Decreto nº 7.983/2013 (pesquisa de mercado, tabelas referenciais, composição) seguem o mesmo padrão.

20.2. Sabe-se que a indústria da construção civil é responsável por produção de grande quantidade de resíduos e agentes poluidores. Foram adotadas diretrizes recomendadas pelo Governo Federal, tais como descarte de resíduos em aterro com licenciamento ambiental e emprego de materiais pouco agressivos ao meio ambiente. Toda a documentação gerada, pela assessoria, será digital. Portanto, reduzindo impacto ambiental por redução do consumo de papéis e outros itens de papelaria, e assim, atendendo às políticas sustentáveis.

20.3. Em caso de serviços em altura, a equipe executora deve possuir treinamento de NR-35 – Trabalho em Altura e o certificado deste deve possuir validade até o prazo de conclusão dos serviços previsto no cronograma Físico-Financeiro.

20.4. Para o acompanhamento técnico da obra é requerido encarregado (6h/dia) e técnico em segurança do trabalho (8 horas em totalidade). Esses são previstos em Planilha Orçamentária.

## 21. Da Necessidade de avaliação de amostras

21.1. Conforme DFD, não há necessidade de avaliação prévia de amostras.

## 22. Levantamento de Mercado

22.1. Todos os materiais e técnicas executivas especificadas são adotadas como padrão de mercado e atendem à ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vale ressaltar que o padrão executivo não implica em priorizar marca ou fornecedor, mas somente de atendimento de padrões mínimos referenciais de desempenho. Esses padrões são regularmente revisados, para acompanhar as mudanças na legislação de obras e inovações tecnológicas.

22.2. Para cada item da Planilha, buscou-se as propriedades dos materiais e serviços que resultem em um desempenho técnico e durabilidade adequados. Foram estudados diferentes materiais e com diferentes faixas de preço, buscando o melhor uso dos recursos públicos.

22.3. Conclui-se que as soluções adotadas são comuns ao mercado da construção, portanto, os materiais são atendidos localmente e a mão de obra não se faz necessária ser especializada. Buscou-se aproveitar ao máximo a infraestrutura eficiente existente e reparando e/ou substituindo elementos em estado de falha.

22.4. O levantamento de custos dos serviços comuns, como considerado acima, foi possível com o emprego da Tabela SINAPI em sua raiz e com composições empregando também os valores determinados na fonte SINAPI. Materiais cuja a especificação não foi detectada no Sistema tiveram seus valores adotados a partir de cotação, como recomendado pela Decreto nº 7983/2013.

22.5. Cotações à fl. 65 do processo, tendo sido emitida ART às fls. 62/64 do processo, conforme art. 10 do Decreto 7.893/2013.

## **23. Descrição da solução como um todo**

23.1. Os serviços serão executados de forma indireta sob regime de empreitada por preço global, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da Contratada, ou por ela contratados na forma estabelecida no Edital, em seus anexos, e no Contrato a ser firmado com a empresa.

23.2. Serão três frentes de serviço que são obrigatoriamente executadas de maneira subsequente: cobertura, forro e iluminação. Na cobertura será inicialmente realizada a remoção das telhas e manta asfáltica existente, logo após será adequada a trama de madeira para receber telhas onduladas no primeiro módulo e finalmente serem instaladas as telhas e aplicadas as mantas asfálticas aluminizadas sobre a calha e platibanda.

23.3. No primeiro andar do anexo da DRF – NATAL devem ser removidas as luminárias, forro e interruptores (como indicados pelo Projeto Executivo), aproveitando as instalações elétricas existentes. É prevista uma limpeza sobre e sob a laje para eliminar resquícios de insetos e animais mortos e seus dejetos. Após, deve ser implementado o forro em fibra mineral, como especificado e paginado em Projeto Executivo, e por fim instaladas as luminárias.

23.4. Devido alguns serviços serem considerados trabalhos em altura, é exigido que os colaboradores participantes desses serviços tenham treinamento NR-35 e sejam acompanhados por Técnico em Segurança do Trabalho. Ademais, todo o serviço deve ser acompanhado diariamente por Encarregado, previsto no item Administração dos Serviços da Planilha Orçamentária.

23.5. A execução do serviço de reparo será iniciada até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, cujas etapas observarão o Cronograma Físico-Financeiro, Apêndice C do Termo de Referência. O serviço de assessoria terá início e andamento concomitante ao serviço de reparo.

23.6. Os serviços serão executados de forma indireta sob regime de empreitada por preço global, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da Contratada, sendo vedada a subcontratação.

23.7. A empresa prestadora da Assessoria atuará com as seguintes ações:

23.7.1. Avaliação do Planejamento de Execução enviado pela Contratada responsável pelo Reparo de Cobertura.

23.7.2. Revisar os projetos executivos.

23.7.3. Acusar qualquer discrepância nos projetos, possíveis erros, correção do material ou evento planejado que verificar, apresentando alternativas para efetiva correção.

23.7.4. Verificar e analisar a apresentação do PCMSO, PCMAT, PPRA e o PGRCC aplicáveis à obra, se for o caso.

23.7.5. Fiscalizar o andamento dos serviços executivos em conformidade com o Caderno de Especificações.

23.7.6. Acompanhar o processo de permissões, licenças, habite-se ou qualquer outro documento que seja necessário para o início da obra.

23.7.7. Exigir o cumprimento das Obrigações da Contratada, para o Reparo de Cobertura, de acordo com o Termo de Referência acordado no ato da assinatura do contrato;

23.7.8. Informar e Notificar à Fiscalização situações adversas que caiba sanções à Contratada, para o Reparo de Cobertura, previstas no Termo de Referência;

23.7.9. Realizar medições de execução dos serviços e relatórios de ateste para pagamento;

23.7.10. Elaborar relatórios técnicos semanais para apresentar a evolução da execução. Estes relatórios devem conter: serviços executados, quantidade de serviços executados em consonância com o Cronograma Físico-Financeiro,

dimensão da equipe de execução, parecer sobre a atuação do Encarregado, alertas sobre possível paralisação por falta de material, atualização do Planejamento de Execução conforme o andamento dos serviços e registros fotográficos.

23.8. Para o desenvolvimento dessas tarefas foram previstas horas semanais de acordo com o andamento do serviço de reparo. Essas horas semanais são destinadas da seguinte maneira:

23.8.1. 1 visita ao local do serviço por semana

23.8.1.1. 4 horas para acompanhamento e fiscalização dos serviços, levantamento dos serviços, medição para pagamento.

23.8.1.2. 1 hora para elaboração de relatório técnico.

23.8.1.3. 1 hora de reunião com a Fiscalização para apresentar relatório técnico, informando a situação da obra até o momento do encontro e as perspectivas futuras conforme Planejamento de Execução atualizado.

## 24. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

24.1. As quantidades estão detalhadas na Planilha Orçamentária, Apêndice C do Termo de Referência, tendo ao lado de cada item o código do SINAPI ou a informação de cotação/composição. Consta ainda, no mesmo apêndice, histórico das cotações de preços, composições dos itens de serviço. A composição do BDI empregado é descrita também no Apêndice C.

## 25. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 87.966,52

25.1. Os custos dos serviços levantados, a composição de BDI, a memória de cálculo e as composições de custos estão presentes na Planilha Orçamentária. Nesta é especificada a fonte do custo (SINAPI, composição ou cotação), obedecendo o Decreto nº 7.983/2013. O valor estimado que serve como referência para a contratação é de **R\$ 87.966,52** (oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

## 26. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

26.1. A contratação será parcelada, tendo em vista que a empresa selecionada para o contrato referente ao serviço de reparo da cobertura não pode ser a mesma selecionada para o serviço de assessoria técnica. Portanto, o objeto deste documento foi dividido em 2 (dois) itens, não agrupados: execução do serviço de reparo e assessoria técnica à fiscalização.

## 27. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

27.1. As contratações correlatas foram: serviço de reparo das cobertas das agências da Paraíba e Garanhuns/PE (Processo nº 19615-720347/2022-96) e a contratação das assessorias técnicas à Fiscalização para acompanhamento desses serviços (Processo nº 19615-720317/2022-80).

## 28. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

28.1. Os recursos estão alinhados com o Plano de Engenharia 2023. Sem iniciativa atrelada.

## 29. Do Cronograma de Contratação

29.1. O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizados no momento do pedido de fornecimento/contratação.

29.2. Conforme DFD:

Forma de entrega do material	Data prevista para início do uso do material:	Requisição mínima por entrega do material:	Local de entrega do material
Integral ( x ) Parcelada ( )	Fevereiro/2023	Detalhado nas plantas, planilhas orçamentárias e caderno de especificações.	Anexo da Delegacia da Receita Federal em Natal/RN situada na Esplanada Silva Jardim, 83, bairro da Ribeira, Natal – RN.

## 30. Da Dotação Orçamentária

	Item 1	Item 2
<b>Gestão/Unidade:</b>	XXXXXX	XXXXXX
<b>Fonte:</b>	XXXXX	XXXXX
<b>Programa de Trabalho:</b>	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Natureza de Despesa:	449051	449051
Subitem de natureza de despesa:	91	80
<b>PI:</b>	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
As informações foram obtidas conforme e-mails enviados aos setores DITAB/COFIC/COPOL e SAOFI/DIPOL/SRRF04, fls. 82/86 do processo. Conforme despacho à fl. 90, a DIENG está organizando o Plano de Engenharia, porém já é certa a inclusão das informações nas despesas de 2023. As demais informações serão incluídas quando da publicação do Plano de Engenharia 2023		

## 31. Da Previsão de Garantia de execução

31.1. Conforme item 22 do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, às fls. 2/37 do processo:

31.1.1. Todo serviço de engenharia possui riscos por haver complexidade inerente do objeto, além dos demais fatores externos, diretos e indiretos, que permeiam serviços como a reparação de um sistema de edifício. Erros de concepção, erros de projeto, erros de execução, vícios de obra, falha do material, intempéries, são exemplos de agentes que criam risco de falha na execução do objeto. Por essa razão é prevista nessa contratação garantia de 5% do valor do contrato.

## **32. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

32.1. Os serviços demandados nessa contratação atuarão para proteção da edificação contra a deterioração causada pelas águas da chuva, ademais, será restaurado o forro e readequada a iluminação dos espaços de trabalho. Uma vez executados os serviços, será possível restaurar as condições funcionais do espaço físico e assim recuperar de maneira sustentável os demais elementos da edificação.

32.2. Portanto, após a conclusão das atividades previstas apenas a manutenção preventiva será suficiente para deixar o espaço de trabalho e o patrimônio público funcional e preservado contra as intempéries do tempo e do uso.

## **33. Providências a serem Adotadas**

33.1. Paralela a esta contratação é prevista a contratação de empresa de engenharia especializada que realize a atividade de assessoria para acompanhar e fiscalizar os serviços de reparo de cobertura e adequação de forro e iluminação. A contratada de assessoria realizará medições, laudos e relatórios técnicos e notificará a gestão do contrato sobre qualquer situação adversa que atrapalhe o andamento da obra.

33.2. Além disso, a SAENG, conta com o apoio técnico de corpo especializado contratado (Engenheiros Civis e Técnicos em Edificações), os quais somarão o suporte técnico necessário para assessorar a gestão do contrato.

## **34. Possíveis Impactos Ambientais**

34.1. Os resíduos gerados na obra serão destinados a aterros com controle sanitário. Os materiais especificados buscam reduzir o consumo de energia dos equipamentos. A preservação causada pelo sistema de cobertura funcional, reduz consumo de serviços e materiais futuros.

## **35. Dos critérios de aferição e medição**

35.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item:

35.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar, segundo suas metodologias próprias e sua capacidade produtiva, um cronograma físico para execução dos serviços que deverá ser aprovado pela Administração. Este cronograma deverá respeitar o prazo máximo do cronograma da administração, definido no Apêndice C do Termo de Referência, e a distribuição coerente dos serviços ao longo do tempo;

35.1.2. A não apresentação ou reprovação do CRONOGRAMA sugerido pela CONTRATADA implicará na utilização do CRONOGRAMA elaborado pela CONTRATANTE para fins de acompanhamento, medição e pagamento dos serviços;

35.1.3. Pela natureza peculiar da Empreitada por Preço Global, as medições serão feitas de acordo com o cumprimento global das ETAPAS que compõem os itens do cronograma estabelecido, não cabendo, nesta condição, pagamentos com periodicidade regular;

35.1.4. As medições serão realizadas ao final de cada fase/etapa prevista no cronograma físico-financeiro;

35.1.5. O Relatório de Serviços Executados e a Planilha de Medição deverão ser enviados à fiscalização ao final de cada fase/etapa e servirá de base para a Fiscalização realizar a medição dos serviços correspondentes a cada fase;

35.1.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- d) atrasou a execução do serviço, ou parcela prevista no cronograma, em mais de 30 (trinta) dias. Multa proporcional à parcela dos serviços em atraso.

## 36. Índice de Reajuste

36.1. Sugere-se a aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC/FGV) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## 37. Declaração de Anexo

37.1. Em obediência ao disposto no Anexo “V”, 2.2, “a”, da IN 05/2017, este documento corresponderá ao Apêndice G do Termo de Referência, exceto as partes que forem classificadas como sigilosas nos termos da Lei 12.527/2011, as quais serão ocultadas quando da transcrição definitiva.

37.2. Além deste ETP, também integrarão o Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Apêndice A - Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (fls. 2/37 do processo);

Apêndice B - Caderno de Especificações (fls. 38/44);

Apêndice C1 - Planilha Orçamentária - REPARO DE COBERTURA DRF NATAL (fl. 45)

Apêndice C2 - Planilha Orçamentária - ASSESSORIA REPARO DE COBERTURA (fl. 46);

Apêndice D1 - Planilha do Licitante - REPARO DE COBERTURA DRF NATAL (fl. 47)

Apêndice D2 - Planilha do Licitante - ASSESSORIA REPARO DE COBERTURA (fl. 48);

Apêndice E - Projeto Executivo em PDF (fls. 49/51);

Apêndice F - Projeto executivo em DWG (fl. 52);

Apêndice H - Anotações de Responsabilidade Técnica (62/64).

## 38. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 38.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta.

### 39. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BRUNO CIRNE DE LUCENA**

Membro da Equipe de Planejamento - Licitações



*Assinou eletronicamente em 02/03/2023 às 10:50:05.*

**EVERTON SAMPAIO DE MENEZES**

Membro da Equipe de Planejamento - Licitações



*Assinou eletronicamente em 02/03/2023 às 11:03:17.*

**ROSALINE CARNEIRO DE ALBUQUERQUE TOJAL**

Membro da Equipe de Planejamento - Contratos

**DUÍLIO ASSUNÇÃO MARÇAL DE ARAÚJO**

Membro da Equipe de Planejamento - Engenharia